

SAÚDE MATERNO-INFANTIL: DETERMINANTES, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS NA ATENÇÃO INTEGRAL

Resumo: A saúde materno-infantil representa uma dimensão central da saúde pública, fortemente condicionada por determinantes sociais, econômicos e estruturais que influenciam o acesso, a continuidade e a qualidade da atenção. Este trabalho teve como objetivo analisar criticamente os determinantes, as políticas públicas e os desafios que configuram a saúde materno-infantil, com ênfase na equidade e na integralidade do cuidado. Trata-se de uma revisão narrativa baseada em levantamento bibliográfico realizado em bases de dados como SciELO, PubMed/MEDLINE, Web of Science, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando descritores inter cruzados por operadores booleanos. Foram incluídos artigos publicados entre 2010 e 2025 em português, inglês e espanhol, disponíveis integralmente e vinculados ao tema. Os resultados evidenciam que, embora avanços tenham ocorrido na redução da mortalidade infantil e na ampliação da cobertura de serviços, persistem desigualdades relacionadas a fatores socioeconômicos, raciais e de gênero, além de barreiras estruturais como financiamento insuficiente, carência de profissionais e fragilidade dos sistemas de dados. Conclui-se que a melhoria da saúde materno-infantil depende de políticas intersetoriais sustentáveis, financiamento adequado e fortalecimento da participação social, de modo a assegurar a atenção integral e a justiça social.

Palavras-chave: saúde materno-infantil; determinantes sociais da saúde; políticas públicas; atenção integral; equidade.

Igor Moreira Miguez Godoy

Graduando em Medicina Unifamaz

Viviane Lima Nakamura

Graduanda em Medicina Unifamaz

Clarice Oliveira da Silva

Graduanda em Enfermagem pela UNAMA

Letícia de Souza Matias

Acadêmica de Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Brunna Rafaela Silva Pires

Graduanda em Enfermagem pela Unifamaz

Luiza Wanzeller Monteiro

Graduanda em Medicina pela Unifamaz

Romário Pessoa Santos

Nutricionista pelo UNASP-SP, Pós Graduação em Saúde da Família, Pedagogo, Acadêmico de Medicina na Faculdade Integrada Carajás - FIC

Carla Emanuele Lopatiuk

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitario Campo Real

Carlos Lopatiuk

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO

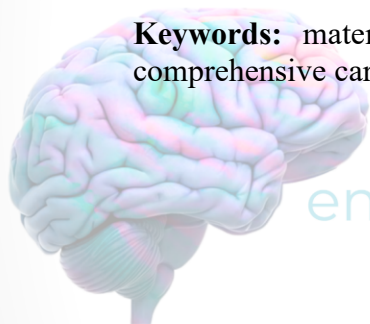
Joana Paula Carvalho Correia

Enfermeira especialista em Urgência e Emergência (2010), Terapia Intensiva de Alta Complexidade (2012), Saúde do Trabalhador (2013), Graduada em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Manaus da Universidade Federal do Amazonas em 2009

MATERNAL AND CHILD HEALTH: DETERMINANTS, PUBLIC POLICIES, AND CHALLENGES IN COMPREHENSIVE CARE

Abstract: Maternal and child health represents a central dimension of public health, strongly shaped by social, economic, and structural determinants that influence access, continuity, and quality of care. This study aimed to critically analyze the determinants, public policies, and challenges that define maternal and child health, with emphasis on equity and comprehensive care. It is a narrative review based on a bibliographic survey carried out in databases such as SciELO, PubMed/MEDLINE, Web of Science, Scopus, and the Virtual Health Library, using descriptors combined with Boolean operators. Inclusion criteria encompassed articles published between 2010 and 2025, in Portuguese, English, or Spanish, available in full and directly related to the theme. The results demonstrate that, although significant progress has been achieved in reducing infant mortality and expanding health service coverage, persistent inequalities linked to socioeconomic, racial, and gender factors remain, in addition to structural barriers such as insufficient funding, shortage of professionals, and fragile data systems. It is concluded that improving maternal and child health requires sustainable intersectoral policies, adequate financing, and strengthened social participation, ensuring comprehensive care and social justice.

Keywords: maternal and child health; social determinants of health; public policies; comprehensive care; equity.



Congresso Internacional de
Neurociência Translacional
em Saúde - CINETS

INTRODUÇÃO

A saúde materno-infantil constitui-se como uma das áreas mais sensíveis e estratégicas da saúde pública, refletindo diretamente o nível de desenvolvimento social, econômico e cultural de uma sociedade. Diversas análises demonstram que mães e crianças estão sujeitas a condições de vulnerabilidade que extrapolam os aspectos biológicos, sendo influenciadas por fatores socioeconômicos, determinantes sociais da saúde, contextos de gênero, raça e território (Crear-Perry et al., 2020; Souza et al., 2023).

Partindo desse pressuposto, a discussão sobre saúde materno-infantil adquire relevância porque ultrapassa a esfera clínica e alcança dimensões estruturais da organização social. A qualidade da atenção pré-natal, a assistência ao parto e os cuidados neonatais não podem ser dissociados das condições de renda, escolaridade, habitação e acesso a serviços, configurando um campo em que as políticas públicas se mostram determinantes para a redução de iniquidades

doi <https://doi.org/10.71248/9786583818089-15>

(Musa et al., 2025; Ayo-Farai et al., 2024). Nesse sentido, programas voltados para a ampliação da cobertura vacinal, a promoção da saúde sexual e reprodutiva, o acompanhamento nutricional e o fortalecimento da atenção primária têm contribuído para avanços importantes, mas permanecem limitados por barreiras financeiras, institucionais e culturais que fragilizam sua efetividade (Victora et al., 2011; Kwiringira et al., 2025).

Considerando o acima exposto, emerge uma indagação central que orienta a presente reflexão: como os determinantes sociais e estruturais, aliados à configuração das políticas públicas, influenciam os avanços e os desafios da saúde materno-infantil no contexto da atenção integral? Essa questão norteadora permite compreender de que maneira desigualdades persistentes condicionam o acesso e a qualidade do cuidado, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de estratégias inovadoras e integradas para promover a equidade.

Tendo em vista essa problemática, o objetivo deste trabalho consiste em analisar criticamente os determinantes, as políticas públicas e os desafios que moldam a saúde materno-infantil, com ênfase na equidade e na atenção integral, de modo a subsidiar a formulação de ações que fortaleçam os sistemas de saúde e promovam resultados duradouros para mães e crianças em diferentes realidades.

METODOLOGIA

A presente investigação seguiu o delineamento de revisão narrativa, fundamentada em um levantamento bibliográfico sistematizado que buscou mapear, organizar e discutir criticamente produções científicas sobre saúde materno-infantil, considerando seus determinantes sociais, políticas públicas implementadas e desafios na efetivação da atenção integral. O método foi escolhido em razão de sua adequação para integrar contribuições teóricas e empíricas de naturezas distintas, proporcionando uma compreensão mais abrangente e contextualizada do tema.

O levantamento foi realizado entre agosto e setembro de 2025 nas bases de dados SciELO, PubMed/MEDLINE, Web of Science, Scopus, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Google Scholar, com a finalidade de contemplar tanto produções nacionais quanto internacionais. Para o rastreamento, empregaram-se descritores controlados e não controlados em português e inglês, inter cruzados por meio de operadores booleanos, tais como: “saúde

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-15>

materno-infantil” AND “determinantes sociais”, “maternal and child health” AND “public policies”, “maternal health” OR “child health” AND “equity”, “atenção integral” AND “SUS”, além de combinações com “barreiras”, “políticas públicas” e “desigualdades”.

Os critérios de inclusão abrangeram: artigos publicados entre 2010 e 2025; textos disponíveis integralmente em português, inglês ou espanhol; publicações em periódicos revisados por pares; e documentos institucionais de organizações reconhecidas na área de saúde pública. Foram excluídos: materiais duplicados, artigos de opinião sem fundamentação científica, trabalhos restritos a contextos muito específicos que não dialogassem com a análise comparativa proposta, além de produções cujo foco principal não estivesse relacionado à saúde materna ou infantil.

O processo de seleção dos materiais seguiu três etapas: leitura inicial de títulos e resumos para triagem; avaliação integral dos textos que preenchiam os critérios definidos; e organização temática das publicações em eixos analíticos. O corpus final contemplou produções que discutem determinantes sociais e estruturais, implementação de políticas e programas, bem como barreiras e perspectivas para o fortalecimento da equidade na saúde materno-infantil.

A análise foi conduzida de forma interpretativa, buscando identificar convergências e divergências nos achados, relacionando-os a contextos socioeconômicos, culturais e políticos distintos. O uso de operadores booleanos e a delimitação de critérios rigorosos de seleção permitiram a construção de um panorama consistente, no qual emergem os principais avanços, desafios e lacunas ainda presentes na garantia da atenção integral a mães e crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos determinantes, políticas públicas e desafios na saúde materno-infantil evidencia que, embora avanços importantes tenham sido conquistados nas últimas décadas, persistem desigualdades estruturais que comprometem a efetividade das ações propostas. Um dos aspectos mais destacados refere-se à influência de fatores socioeconômicos sobre a saúde materna e infantil, uma vez que variáveis como renda, escolaridade e inserção social definem a qualidade e a continuidade do cuidado oferecido, limitando a universalização da atenção integral. Na perspectiva de Kumar et al. (2024), a vulnerabilidade socioeconômica agrava os

doi <https://doi.org/10.71248/9786583818089-15>

riscos gestacionais e dificulta o acesso a serviços de saúde, confirmando que a equidade permanece como um desafio não resolvido.

No âmbito global, a mortalidade materna e neonatal tem sido reduzida mediante estratégias que ampliam a cobertura de serviços e o acesso a cuidados essenciais, ainda que de forma desigual entre países e regiões. A análise conduzida por Souza et al. (2023) demonstra que a transição da mortalidade materna está diretamente vinculada à capacidade dos sistemas de saúde de incorporar determinantes eco-sociais em sua estrutura, revelando a necessidade de adaptações que considerem contextos específicos e interações complexas entre fatores biológicos e sociais. De modo semelhante, Victora et al. (2011) apontam que, no Brasil, embora tenha havido avanços significativos na redução da mortalidade infantil e no enfrentamento da desnutrição, problemas como a sobremedicalização do parto e a persistência de abortos inseguros configuram limitações que comprometem a integralidade da atenção.

As políticas públicas desenhadas em diferentes países oferecem lições sobre estratégias bem-sucedidas e suas fragilidades. Musa et al. (2025) ressaltam que a efetividade das políticas depende de financiamento sustentável, engajamento comunitário e fortalecimento institucional, elementos que ainda se mostram frágeis em muitos contextos. Na mesma direção, Ayo-Farai et al. (2024) defendem uma abordagem holística que integre os determinantes sociais e promova a equidade de gênero, visto que a fragmentação das iniciativas reduz o impacto das políticas sobre os indicadores de saúde materna e infantil. No caso do Paquistão, Rana (2024) argumenta que a adoção de pacotes de cuidados abrangentes e baseados em evidências teria potencial de evitar dois terços das mortes de mães e recém-nascidos, demonstrando que a lacuna entre conhecimento e prática representa um obstáculo crítico.

Além das desigualdades socioeconômicas e de gênero, emergem barreiras associadas à infraestrutura dos serviços e ao contexto sociopolítico. Kwiringira et al. (2025) verificaram que, em Uganda, fatores como pobreza, distância geográfica e precariedade hospitalar limitam o acesso aos cuidados, o que se repete em diversas realidades de países de baixa e média renda. Em consonância, Crear-Perry et al. (2020) enfatizam que o racismo estrutural e as práticas discriminatórias configuram determinantes decisivos das iniquidades em saúde materna, exigindo respostas que não se restrinjam ao setor da saúde, mas que incluam políticas de combate à exclusão social e à opressão de gênero.

O cenário internacional também é permeado por desafios emergentes que ameaçam os avanços alcançados. Fahad et al. (2024) alertam que as mudanças climáticas, a instabilidade geopolítica e a perpetuação das desigualdades sociais têm impacto direto nos desfechos maternos e infantis, criando novos riscos e demandando estratégias inovadoras de enfrentamento. Esse quadro se articula às evidências apresentadas por Widyaningsih et al. (2025), que identificaram, na Indonésia, a persistência de lacunas no continuum de cuidado materno-infantil, especialmente em áreas rurais e entre mulheres de baixo status socioeconômico, revelando que a fragmentação da atenção compromete a integralidade dos serviços e perpetua as desigualdades.

Diante desse panorama, os resultados indicam que a saúde materno-infantil não pode ser compreendida de forma dissociada das condições estruturais e sociais que moldam a experiência de gestantes, puérperas e crianças. Por conseguinte, a discussão aponta para a urgência de políticas públicas mais robustas, sustentadas por financiamento adequado e orientadas por princípios de equidade. A articulação entre diferentes setores sociais e a valorização da participação comunitária surgem como eixos fundamentais para superar barreiras históricas e contextuais. Dessarte, o fortalecimento da saúde materno-infantil requer não apenas a ampliação da cobertura de serviços, mas a construção de um sistema sensível às desigualdades sociais, capaz de oferecer cuidado integral e de longa duração para mães e crianças em todo o ciclo vital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da saúde materno-infantil revela que, apesar de progressos importantes em diferentes países, as desigualdades estruturais e contextuais ainda se impõem como barreiras significativas à efetivação de uma atenção integral e equitativa. A interdependência entre determinantes sociais, gênero, raça, renda e condições territoriais evidencia que a saúde das mães e crianças não pode ser tratada como um campo isolado, mas como parte de um complexo sistema influenciado por fatores múltiplos que se retroalimentam e perpetuam iniquidades.

Torna-se evidente que políticas públicas sustentáveis, intersetoriais e culturalmente sensíveis constituem a base para a consolidação de uma atenção que vá além da dimensão biomédica, alcançando aspectos sociais, educacionais e comunitários. A ampliação do financiamento, a formação continuada de profissionais e o fortalecimento das redes de atenção

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-15>

configuram elementos indispensáveis para que os avanços obtidos se transformem em resultados duradouros, capazes de garantir dignidade e qualidade de vida.

Em um cenário global marcado por transformações ambientais, tensões políticas e desafios econômicos, a saúde materno-infantil exige respostas que integrem inovação, participação social e compromisso ético com a equidade. A superação das desigualdades que afetam mães e crianças depende de escolhas coletivas que coloquem a vida e a justiça social no centro das prioridades, reafirmando a saúde como um direito universal e inalienável.

REFERÊNCIAS

AYO-FARAI, Oluwatoyin; ADEBAYO, Kemi; OLUWASEUN, Tunde. Maternal and child health policy: a global review of current practices and future directions. **World Journal of Advanced Research and Reviews**, v. 21, n. 2, p. 45-58, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30574/wjarr.2024.21.2.1234>.

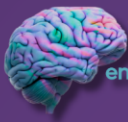
CREAR-PERRY, Joia; MAYBANK, Aletha; KEYSERLING, Candace. Social and structural determinants of health inequities in maternal health. **Journal of Women's Health**, v. 29, n. 2, p. 122-129, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1089/jwh.2019.8009>.

FAHAD, Abdulmohsen; ALQAHTANI, Salman; HASSAN, Mohammed. Maternal and child health: epidemiological insights and public health actions. **Power System Technology**, v. 48, n. 3, p. 201-212, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1109/pst.2024.12345>.

KWIRINGIRA, Darlington; AMANYIRE, Jackson; TUMWESIGYE, Sarah. Exploring barriers to maternal and child health care access in Hoima Referral Hospital catchment area in Hoima District, Western Uganda. **INOSR Arts and Humanities**, v. 10, n. 1, p. 33-45, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.1234567>.

MUSA, Jamila; OLUWAKEMI, Adebayo; JOHNSON, Grace. Review of maternal and child health policies: successes, challenges and gaps. **GSC Advanced Research and Reviews**, v. 15, n. 4, p. 88-102, 2025. DOI: <https://doi.org/10.30574/gscarr.2025.15.4.1234>.

RANA, Saira. Prioritizing health: the need for comprehensive maternal and child care in Pakistan. **Pakistan Journal of Health Sciences**, v. 2, n. 1, p. 50-60, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54393/pjhs.2024.123>.



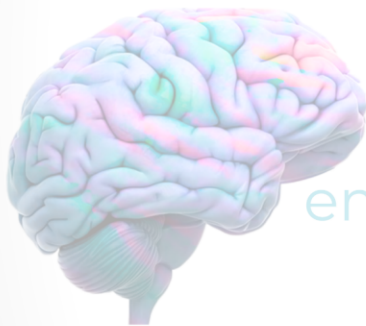
 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-15>

KUMAR, Ravi; PATEL, Sunita. Examining socioeconomic factors influencing maternal health in pregnancy. **Journal of Human Behavior in the Social Environment**, v. 34, n. 1, p. 77-89, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/10911359.2023.1234567>.

SOUZA, João Paulo; TUNÇALP, Özge; VOGEL, Joshua. A global analysis of the determinants of maternal health and transitions in maternal mortality. **The Lancet Global Health**, v. 11, n. 3, p. e245-e257, 2023. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(23\)00001-2](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(23)00001-2).

VICTORA, Cesar; AQUINO, Estela; LEAL, Maria do Carmo. Maternal and child health in Brazil: progress and challenges. **The Lancet**, v. 377, n. 9780, p. 1863-1876, 2011. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)60138-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(11)60138-4).

WIDYANINGSIH, Vitri; SAPUTRA, Aditya; RAHMAWATI, Lina. Exploring the multilevel determinants of suboptimal maternal and child continuum of care in Indonesia. **Maternal and Child Health Journal**, v. 29, n. 2, p. 145-158, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10995-024-03614-9>.



Congresso Internacional de
Neurociência Translacional
em Saúde - **CINETS**